

O Brasil corre o risco de dar certo

É o que pensei logo que acabou a histórica sessão do Senado que aprovou o novo marco legal do saneamento. Histórica não apenas devido ao resultado - aprovação do projeto de lei – mas também devido à forma cordata como ocorreu a discussão. O Senado mostrou ao país que políticos com formações ideológicas distintas conseguem colocar a luta pelo poder de lado e decidir em benefício do bem comum.

A discussão transcorreu em alto nível de civilidade e diversas táticas de obstrução comumente adotadas no Congresso Nacional foram abandonadas em favor da causa maior: melhorar as condições de vida dos mais pobres. A convergência entre as diversas correntes políticas foi tão intensa que dá para cogitar que a discussão sem proximidade física traga benefícios.

Recente editorial desta Folha (05/07/2020) apresenta diagnóstico das atuais mazelas do saneamento e descreve a arquitetura legal, regulatória e institucional do novo marco legal para solucioná-las. Essencialmente, trata-se de reconhecer a exaustão de recursos fiscais e de criar condições seguras e justas para que empresas privadas se interessem em trazer capital, boa governança e alta produtividade para resolver problemas que países desenvolvidos já deixaram para trás há mais de um século.

Se tudo funcionar bem, é possível esperar um surto de investimentos e de criação de empregos. Num mundo com grande liquidez e juros próximos a zero, às vezes até negativos, não faltará quem queira aplicar recursos numa atividade nota 10 em termos sociais (mais água potável e menos doenças), nota 10 em termos ambientais (rios e praias despoluídos) e nota 10 em governança (mais eficiência e meritocracia).

Esquemáticamente, há duas classes de entidades públicas de saneamento. Na primeira, aquelas voltadas ao atendimento dos interesses da corporação e não da população. Têm excesso de funcionários e são dirigidas por apadrinhados do cacique político de plantão, frequentemente sem qualificação profissional. Em geral, quando privatizadas, ocorre significativo aumento de produtividade.

Na segunda classe, encontram-se algumas companhias estatais eficientes que adotam os mais elevados padrões de governança. Quando privatizadas se livram das amarras que emperram a administração pública e, nesse

sentido, também têm potencial de aumentar a produtividade. Porém bem menos intensamente do que as entidades da primeira classe.

Como ganho de produtividade significa fazer mais com menos, é tentador supor que será sempre possível fazer os investimentos necessários à universalização sem elevar as tarifas, apenas com os ganhos de eficiência e aumento da receita associado à maior cobertura do serviço. Porém, essa suposição nem sempre é correta.

Quando não é, depois de alguns anos da assinatura do contrato de concessão, a prestadora privada poderá ser questionada sobre eventuais aumentos tarifários, mesmo que previstos no contrato para remunerar e depreciar novas infraestruturas essenciais à universalização.

Para evitar futuras instabilidades políticas, os contratos de concessão precisam equilibrar diferentes ritmos de universalização com a capacidade de pagamento da população. A metodologia para realizar essa tarefa deve partir do pressuposto de que é preferível estar aproximadamente certo do que precisamente errado.

Jerson Kelman é professor da COPPE-UFRJ. Foi presidente da SABESP e da ANA

Publicado na Folha de São Paulo, 09/07/2020

FOLHA DE SPALVO ***

QUINTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2020 A3

opinião

TENDÊNCIAS/DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular a debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

O ódio e a liberdade de expressão

Artigo que deseja a morte de Bolsonaro é fora de qualquer padrão jornalístico

Fábio Wajngarten

Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações

É fora de qualquer padrão jornalístico civilizado o artigo assinado pelo jornalista Hélio Schwartzman, publicado na edição de 8 de julho da Folha de S. Paulo e intitulado "Por que torço para que Bolsonaro morra?". As divergências políticas não podem ultrapassar a razoabilidade e o respeito às instituições que cada um de nós, agentes envolvidos no debate político do país, representa.

A postura do autor nos remete à discussão sobre onde realmente está localizado o "gabinete do ódio", a imprensa (tanto fala, bem em Brasília) ou na mente de articulistas que diariamente expõem críticas das mais variadas ordens — da pessoal à política — contra o governo e em especial contra o presidente Jair Bolsonaro e seus familiares.

Desaja a morte do presidente da República é um ato antidemocrático e carregado de significações. É também desrespeitar a vontade da maioria da população brasileira expressa nos 57 milhões de votos que o conduziram ao Palácio do Planalto. Tentar desumanizar a figura do presidente, tornando o alvo da sátira de um articulista pode estimular novos investidas contra o principal mandatário do país, que quase perdeu a vida na campanha eleitoral. Isso não pode jamais ser esquecido.

Hi uma sutil identificação entre Adolfo Rispso e o autor do artigo e seus desejos de morte do presidente da República. Um uso a faca es-

Quando a linguagem odiosa de um articulista é veiculada abertamente por um órgão de comunicação, sem que haja qualquer tipo de pudor em usá-la, é algo que preocupa a liberdade individual de cada um de nós.

O Brasil corre o risco de dar certo

Foi o que pensei após sessão que aprovou novo marco legal do saneamento

Jerson Kelman

Ex-presidente da Sabesp (2011-2016), governo Adorno) e ex-diretor da ANA (Agência Nacional de Águas - 2010 a 2006, governos FHC e Lula)

O Brasil corre o risco de dar certo. Foi o que pensei logo que acabou a histórica sessão do Senado que aprovou o novo marco legal do saneamento. Histórica não apenas devido ao resultado — a aprovação do novo marco —, mas também devido à forma corajosa com que ocorreu a discussão. O Senado mostrou ao país que políticos com formações ideológicas distintas conseguem colocar a luta pelo poder de lado e decidir em benefício do bem comum.

Recente editorial desta Folha ("Saneamento urgente", 5/7) apresenta diagnóstico das atuais mazelas do saneamento e descreve a arquitetura legal, regulatória e institucional do novo marco legal para soluções. Essencialmente, trata-se de reconhecer a exaustão de recursos e de criar condições seguras e justas para que empresas privadas se interessem em trazer capital, boa governança e alta produtividade para resolver problemas que países desenvolvidos já deixaram para trás há mais de um século.

do outro uso as palavras e continuará exercendo a liberdade de imprensa para emitir novos ataques a figuras políticas, a não ser que esbarre na devida punição legal.

Quando a linguagem odiosa de um articulista é veiculada abertamente por um órgão de comunicação, sem que haja qualquer tipo de pudor em usá-la, é algo que preocupa a liberdade individual de cada um de nós.

Que se estranha ainda mais é vermos o artigo ser publicado num veículo de comunicação que diariamente critica alguns setores da sociedade e os acusa de propagarem ódio e violência.

A Folha de S. Paulo sempre ressaltou que a opinião de seus articulistas não se trata, necessariamente, do ponto de vista do jornal, e é uma maneira de o jornal garantir a livre expressão de ideias.

Porém, quando o presidente da República se utiliza de frases e expressões contundentes e imediatamente rotulado de "genocida", "machista", "racista" ou outras adjetivações. E, por vezes, é implacavelmente atacado em editoriais pelo uso de "linguagem" inadequada.

Isso se repete, na imprensa de maneira geral, quando algum agente político, ligado ao presidente da República, expõe alguma ideia considerada "antidemocrática". A opinião é imediatamente vinculada a ele, como se fosse o responsável pelos atos e declarações de apoiadores políticos.

Quando a República e a sua equipe de governo continuam firmes no objetivo de recuperar o país e de fazer-lo superar a pandemia. Mesmo com as incompreensões daqueles que "defendem" a decisão de não fazer o Brasil, mas que em artigos como esse mostram a sua verdadeira face, a do ódio implacável.

Em geral, quando privatizadas, ocorre significativo aumento de produtividade. Na segunda classe, encontram-se algumas companhias estatais eficientes que adotam os mais elevados padrões de governança. Quando privatizadas se livram das amarras de uma administração pública, e nesse sentido, também tem potencial de aumentar a produtividade, porém bem menos intensamente do que as entidades da primeira classe.

Como ganho de produtividade significa fazer mais com menos, é tentador supor que será sempre possível fazer os investimentos necessários à universalização sem elevar as tarifas, apenas com os ganhos de eficiência e aumento da receita associado à maior cobertura do serviço. Porém, essa suposição tem sempre é correta.

Quando não é, depois de alguns anos da assinatura do contrato de concessão, a prestadora privada poderá ser questionada sobre eventuais aumentos tarifários, mesmo que previstos no contrato para remunerar e depreciar novos investimentos essenciais à universalização.

Para evitar futuras instabilidades políticas, os contratos de concessão precisam equilibrar diferentes ritmos de universalização com a capacidade de pagamento da população. A metodologia para realizar essa tarefa deve partir do pressuposto de que é preferível estar aproximadamente certo do que precisamente errado.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor | leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Painel do Leitor, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço.

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM ANEXO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Bolsonaro infectado

Puxa, que coragem a de Hélio Schwartzman escrever uma coluna como esta ("Por que quero que Bolsonaro morra", Opinião, 8/7). Isso não é para qualquer jornalista. Ele deve estar sofrendo muitos ataques por ter dito que Bolsonaro está correndo o perigo máximo — e o de matar a gente. Além disso, o presidente vem arrastando o próprio governo e envergando o Brasil. Não queremos o mal de ninguém, mas tem gente que pede e acaba matando. Saúde a todos.

Jaime Pereira da Silva (São Paulo, SP)

Abominável o artigo de Hélio Schwartzman

Ódio, pobreza de espírito e ausência de religiosidade caracterizam a matéria que envergou a própria mídia e a sociedade. É mercedor da indignação e do eterno desprezo por parte dos brasileiros de bem.

Arnilton C. Ramos (Brasília, DF)

Quero cumprimentar o autor do artigo

Seu artigo convida a ignorar o primeiro mandamento de todos os homens de bem — que é jamais desejar o mal ou a morte a outro ser humano — e a aprofundar a polarização política, do "nis contra eles", e o radicalismo, caminhos que alimentam o por dos sentimentos de ódio. Faz a antítese da união e da pacificação de que o Brasil precisa. Coloca firmemente na massa da desgregação um momento particularmente perigoso da história. Grandes organizações e instituições estão mostrando claramente não pactuar com nada que não seja edificante e civilizadora. Assim fizeram anunciar-te do Facebook. Não devemos instigar a raiva, o preconceito, a discórdia. Não há licença filofórica para o ódio. É este quem tem de morrer.

Afonso Góes Mamede (Goiânia, GO)

Batido Jafet (Secovi-SP), Caio Portugal (Ato), Carlos Alberto Laurito (Brasília), Eduardo Lafonso (Instituto de Engenharia), Gabriel Aboachar (Além), João Teodoro da Silva (Colégio), José Jorge Chaguri Junior (Além), José Romeu Ferraz Neto (Folha-Brasília), Luis Franca (Além), Odair Sena (Sindicato SP) e Vicente Abreu (Liber)

Brilhante e arrasadora a reflexão filosófica de Hélio Schwartzman

Concordo plenamente com seus argumentos e com sua conclusão, irrefutável e provocadora!

João Gutierrez (São Paulo, SP)

Dois pesos, duas medidas

Unde estava o ministro da Justiça, André Mendonça, quando o então deputado federal Jair Bolsonaro disse que o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, merecia ser fuzilado? Ou quando Bolsonaro, questionado se o ex-presidente Dilma Rousseff deveria sair logo da Presidência, disse que torcia para ela ter um infarto ou contrair um câncer? A época, o ministro deveria ter invocado a Lei de Segurança Nacional para o atual presidente, como faz agora para o colunista da Folha ("Ministro da Justiça requisita inquirição da PF para investigar artigo de colunista da Folha", Poder, 7/7).

Marcelo Silva Carvalho (Belo Horizonte, MG)

Gabinete do ódio

Facebook remove contatos ligados aos Bolsonaro e o gabinete da Presidência (Poder, 8/7). O governo da mentira, da morte e da miséria!

Silvana Gordon Uchoa Araujo (Terena, MS)

Amanhã todos eles entram em licença médica

ou ficar doentes se tiverem que trabalhar, afinal já são mais de 30 anos que a família vive do dinheiro público, sem produzir nada, apenas homogeneizos aos militares.

Luiz Almeida (Carubá, PE)

Museu Nacional

Independientemente da conclusão do relatório da Polícia Federal sobre a tragédia que atingiu o Museu Nacional em 2018, todos temos que ter a compreensão de que é necessário que se faça muito mais para que o Brasil não perca o seu patrimônio científico e cultural. Recentemente, parte da reserva técnica de outro museu pegou fogo, demonstrando as carências da área. No caso do Museu Nacional, trabalhos para a sua recuperação incluem a previsão de sua manutenção após a abertura. Porém existe a necessidade da participação de diferentes segmentos da sociedade, incluindo a iniciativa privada, particularmente no mundo pós-Covid-19 que nos aguarda.

Alexander Kellner (Instituto Nacional de Física, Rio de Janeiro, RJ)

#UseAmarelo da Democracia

A foto abaixo, feita na segunda-feira passada (6), mostra o crepúsculo na cidade de Hainaförbur, na região metropolitana da capital da Islândia, Reykjavik. Uma imagem da janela do quarto onde me abriguei com a falta de voos para voltar ao Brasil. Se no Brasil o crepúsculo é prenúncio da noite, por aqui, é da manhã.

Ricardo Laf (Belo Horizonte, MG)



O pôr do sol em Hainaförbur. Ricardo Laf

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

OPINIÃO (7 JUL., PÁG. A2) Diferentemente do publicado no editorial "Suspeitas familiares", Marsele Lopes Marques, que trabalhou entre 2014 e 2015 no gabinete do então deputado federal Jair Bolsonaro, não é filha do policial aposentado Fabrício Queiroz.

SAÚDE (6 JUL., PÁG. B3) O texto "Com ensino remoto, faculdades privadas demitem professores" trazia uma foto do campus da PUC-SP A Faculdade, que não foi citada na reportagem, não demitiu docentes nem reduziu salários. Leia mais sobre o assunto à página B4.

Primeiro Caderno